ENSAIOS
E
REFLEXÕES

A INTERSETORIALIDADE NA PRÁTICA: PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

THE INTERSECTORIALITY ON THE PRATIC: BETTER EARLY CHILDHOOD PROGRAM

Carolina de Vasconcellos Drügg
Pedagoga
E-mail: carolina-drugg@saude.rs.gov.br
Kênia Margarete da Rosa Fontoura
Psicóloga
E-mail: kenia-fontoura@saude.rs.gov.br
Secretaria de Estado da Saúde-RS – Programa Primeira Infância Melhor

RESUMO
A neurociência aponta a infância como o período fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo, indicando a necessidade de uma nova perspectiva de atendimento que a considere em seus aspectos físico, psicológico, afetivo, intelectual e social. A lógica tradicional adotada por muitas políticas públicas, fragmenta os indivíduos e trata os problemas sociais de maneira compartimentada. Como proposta inovadora de gestão pública, o Programa Primeira Infância Melhor tem como um dos seus eixos estruturantes a intersetorialidade. Essa prioriza ações de integração e interação dos vários setores e serviços, estabelecendo uma unidade em rede de serviços, em prol da qualidade de vida na infância. O Programa Primeira Infância melhor tem servido de referência aos demais órgãos administrativos na execução de serviços e ações integradas, o que representa um exercício constante que delibera desafios ainda a serem ultrapassados.

PALAVRAS-CHAVE
Ação Intersetorial. Cuidado da criança. Descentralização. Políticas públicas de saúde.

ABSTRACT
Neuroscience has been pointing out childhood as a fundamental period for the individual's whole development, indicating the need of a new perspective of services that consider the social, intellectual, emotional, psychological, and physical aspects. The traditional framework adopted by many public policies has dealt with a fragmented perception of the individuals and treats the social problems in a compartmentalized way. As an innovative proposal of public management the Better Early Childhood Program has the intersectorial strategies as one of its struturant axes. This one priorizes actions of integration and interaction of several sectorsand services establishing a network of services on behalf of quality of life in childhood. The Better Early Childhood Program has become a reference to other government departments in the carrying out of services and integrated actions, what represents a permanent exercise that demands challenges still to be overcome.

KEY WORDS
Intersectorial action. Child care. Decentralization. Health public policy.

Implantado em 7 de abril de 2003, cuja Lei nº 12.544 foi sancionada em 3 de julho de 2006, o Programa Primeira Infância Melhor – PIM – é uma política pública de caráter institucional equivalente, de ação socioeducativa, voltado a famílias com crianças de 0 a 6 anos e gestantes, com o objetivo de orientá-las, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças desde a gestação até o seis anos de idade.

Os recentes estudos da neurociência que apontam a infância como período fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo, indicam a necessidade de uma nova perspectiva de atendimento à criança que a considere em seus diferentes aspectos – físico, psicológico, afetivo, intelectual e social – e que integre também as esferas emq que ela se desenvolve, sua família e comunidade, em seu contexto sociocultural, na formulação de políticas públicas em seu benefício.

Essa perspectiva pretende romper com a lógica tradicionalmente adotada por muitas políticas públicas de fragmentar os indivíduos e tratar os problemas sociais de maneira compartimentada. Nesse sentido, o PIM atende à criança na totalidade de suas necessidades individuais e coletivas, a partir do entendimento da mesma enquanto sujeito de direitos e com absoluta prioridade dentro de suas ações.

Para tanto, atua integrando as Secretarias Estaduais da Educação, da Cultura, Justiça e Desenvolvimento Social e da Saúde, sendo essa responsável pela coordenação do PIM. Nos Municípios, o Grupo Técnico Municipal – composto por no mínimo três os representantes das secretarias acima elencadas, juntamente com os gestores – são responsáveis pelo gerenciamento do Programa. Como proposta inovadora de gestão pública, a execução do Programa, tanto na instância estadual, quanto municipal, caracteriza-se como um exercício constante de administração intersetorial, ao oportunizar parcerias, muitas vezes inéditas, entre as políticas públicas.

Esse processo caracteriza a *intersetorialidade* – um dos eixos estruturantes do Programa – e estabelece um novo paradigma de gestão pública que prioriza em suas ações a integração e interação dos vários setores, serviços e ações no estabelecimento de uma unidade em rede de serviços.

Ingressar no campo da *intersetorialidade* implica, inicialmente, ter conhecimento de alguns princípios básicos, tais como: parceria, compartilhamento, articulação de saberes e setores, descentralização e empoderamento das pessoas envolvidas. Conceitualmente, a *intersetorialidade* pode ser definida como a articulação entre sujeitos de segmentos sociais diversos e, portanto, saberes, poderes e vontades diversos para enfrentar problemas complexos.

Ao estabelecer parcerias entre diferentes profissionais, ações e programas, a *intersetorialidade* estabelece não só o compartilhar de conhecimentos, mas, também, de responsabilidades, compromissos e investimento técnico e financeiro. Essas características agregam ações no estabelecimento de uma rede de atendimento de caráter multi e transdisciplinar.

Exercer a *intersetorialidade* não é tarefa fácil. Esta é uma nova forma de trabalho e de construção de políticas públicas que desejam superar a fragmentação dos conhecimentos, tanto científicos como empíricos, bem como das estruturas sociais e administrativas, a fim de produzir resultados mais eficazes e eficientes nos serviços destinados à população. Para que seja viabilizada essa construção, é imprescindível aos atores envolvidos, que haja neles a capacidade de compartilhar, de reconhecer o lugar do outro e de respeitar as diversidades e particularidades de cada setor ou participante. Isto não significa a ausência de conflitos ou contradições entre as partes, ao con-

trário, esses fatores estão presentes todo o tempo e fazem parte do processo. O aprendizado se dá a partir do exercício da convivência, que promove o desenvolvimento da tolerância, da escuta e da criação de espaços comunicativos onde as ações serão negociadas e potencializadas. É correto afirmar que nos espaços coletivos juntam-se pessoas e olhares que normalmente "não se cruzariam".

A comunicação é ferramenta determinante. Quando bem empregada, derruba as barreiras das linguagens técnicas de cada saber e provoca a construção de uma linguagem de possível compreensão a todas as partes envolvidas. A instauração de um bom fluxo de comunicação, além de favorecer e auxiliar na manutenção e fomentação das ações intersetoriais, configura um diálogo de caráter horizontal, em que todos os profissionais possuem participação ativa no processo de implantação e implementação das políticas públicas.

Outro aspecto relevante no desencadear da ação intersetorial diz respeito à questão à qual a mesma está voltada. Em outras palavras, a mobilização dos atores se dá em maior ou menor grau, conforme o tema abordado. Portanto, esse tem que mobilizar e fazer parte das reais necessidades. O Programa Primeira Infância Melhor tem na magnitude de sua metafinalidade – a promoção da qualidade de vida na infância – uma questão mobilizadora e verdadeira que certifica e justifica a ação intersetorial.

A *intersetorialidade* no PIM define-se, portanto, não como uma justaposição de Programas, mas como uma rede em que as partes (cada uma das Secretarias) desenvolvem novas ações acordadas entre si, mantendo a noção do todo, ao mesmo tempo em que preservam sua identidade enquanto instituição. Ao propor um novo modelo de gestão pública, o Programa Primeira Infância Melhor tem servido de referência aos demais órgãos administrativos na execução de serviços e ações integradas, representando um exercício constante que delibera desafios ainda a serem ultrapassados.

Dentre esses desafios, está a superação da cultura governamental de segmentar as políticas públicas e da dificuldade de alguns setores de compreender o real propósito das ações articuladas e das suas formas de aplicabilidade. Igualmente, o frágil entendimento e envolvimento pela causa da infância ainda é um entrave à implantação e implementação de políticas públicas voltadas a esta questão, o que aponta para a importância de rever o papel e as competências necessárias aos sujeitos que executam ações desta ordem.

A sensibilização da sociedade e dos gestores quanto à importância dos primeiros anos de vida ainda é uma estratégia que requer um maior investimento, devendo ser reforçada constantemente.

Nessa perspectiva, o Programa Primeira Infância Melhor tem em sua prática um exercício constante no viés da *intersetorialidade*, em prol da infância, buscando fortalecer estratégias e "desbravar" esta nova abordagem de trabalho, enfrentando os desafios que a ele se impõem.

REFERÊNCIAS

BRAZELTON, T. B.; GREESPAN, S. I. **As necessidades essenciais das crianças**: o que toda criança precisa para crescer e se desenvolver. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CUNHA, Iole. A revolução dos bebês: aspectos de como as emoções esculpem o cérebro e geram os comportamentos no período pré e perinatal. **Revista SPRJ,** v. 2, n. 1, 2001.

DIDONET, Vital. **Desenvolvimento infantil:** eixo integrador das políticas públicas 2004.

Trabalho apresentado no II Seminário Internacional da Primeira Infância Melhor, Porto Alegre, 2004.
JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1986.
PÁTIO EDUCAÇÃO INFANTIL. Porto Alegre: Artmed, ano 2, n. 6, dez./mar. 2004/2005.